

Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil

Guilherme Marini Perpetua

Pós-Doutorando na Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)
E-mail: geomarini@yahoo.com.br

Markus Kröger

Professor de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de Helsinki (Finlândia).
E-mail: markus.kroger@helsinki.fi

Antonio Thomaz Junior

Professor de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Coordenador do CEGeT e do CETAS
E-mail: thomazjr@gmail.com

Resumo

Este início de século marca a ascensão do Brasil ao posto de grande produtor de árvores de rápido crescimento e celulose para exportação, um fenômeno que não deve ser entendido como algo isolado, tendo em vista possuir importantes ramificações globais, cuja análise pode melhorar nossa compreensão acerca das mudanças contemporâneas do extrativismo, na América Latina. O presente artigo objetiva realizar uma análise multiescalar da expansão do monocultivo arbóreo e da produção de celulose, no Brasil contemporâneo, a partir dos mais recentes megaempreendimentos do segmento, com foco nas estratégias de territorialização das corporações para sua efetivação. O principal argumento defendido é que, da maneira como está estruturada, a produção de celulose implica necessariamente a pilhagem ilimitada de recursos territoriais, em detrimento dos povos originários, tradicionais, camponeses e dos trabalhadores vinculados ao processo produtivo, no campo e nas fábricas, e da população das áreas atingidas, como um todo.

Palavras-chave: celulose; pilhagem territorial; agroextrativismo; Brasil; América Latina.

Agro extractivist corporations territorial coverage strategies in Latin America: the cellulose industry case in Brazil

Abstract

This century beginning marks the Brazil's rise to the position of great fast growing trees producer and cellulose exportation, a phenomenon that shouldn't be understood as something isolated, bearing in mind to have important global ramifications which its analysis can improve our understanding about contemporary changes of the extractivism in Latin America. This article aims to do a multilevel analysis of the arboreous monoculture and the celluloses production in the contemporary Brazil, from the most recent segment mega-enterprise, focusing on the corporation's territorial coverage strategies for its effectiveness. The main defended argument is that, as it is structured, the celluloses production necessarily implies the limited looting of land resources in detriment of the original peoples, traditional, peasants and of the workers linked to producing procedures, on field and on plants, and of the population of the hit areas overall.

Keywords: cellulose; land looting; agro-extractivism; Brazil; Latin America.

Estrategias de territorialización de las corporaciones agroextractivistas en América Latina: el caso de la industria de celulosa en Brasil

Resumen

Este comienzo de siglo está marcado por el ascenso de Brasil como un gran productor de árboles de rápido crecimiento y de celulosa para exportación. Este fenómeno no puede ser entendido como un hecho aislado, al contrario, tiene importantes ramificaciones globales que nos permiten comprender los cambios contemporáneos del extractivismo en América Latina. El presente artículo tiene por objetivo realizar un análisis multiescalar de la expansión del monocultivo arbóreo y de la producción de celulosa en Brasil a partir de dos megaemprendimientos recientes, enfocando en las estrategias de territorialización de las corporaciones. El principal argumento defendido es que la manera como está estructurada la producción de celulosa, implica necesariamente el pillaje ilimitado de recursos territoriales en detrimento de los pueblos originarios, tradicionales, campesinos y de los trabajadores vinculados al proceso productivo, en el campo y en las fábricas, así como de la población de las áreas afectadas por este proceso.

Palabras claves: pillaje territorial; agroextractivismo; Brasil; América Latina.

Introdução

O extrativismo foi tomado como principal modelo de desenvolvimento por vários governos latino-americanos, durante a vigência do paradigma das *commodities*, definindo, em grande medida, a política econômica de seus países, desde a primeira década deste século. O conceito de “novo extrativismo” surgiu para explicar a vontade comum de governos ditos “progressistas” e “de esquerda” em promover a exportação de produtos primários em grande escala (GUDYNAS, 2012). Gudynas (2016) identifica vários submodelos de novo extrativismo: a versão brasileira é chamada de “novo desenvolvimentismo” e, dentro dela, o Estado foi representado como um ator positivo, que, ao menos, distribui uma parte da riqueza extraída pelas corporações, por meio da implementação de políticas públicas de bem-estar social (KRÖGER, 2012). Todavia, não obstante os avanços sociais observados, a remuneração financeira das grandes corporações prevaleceu sobre o fortalecimento dos direitos dos cidadãos ou a preservação do meio ambiente (GUDYNAS, 2015).

Longe de evidenciar novidades, a literatura sobre esse fenômeno aponta para continuidades substanciais com um modelo muito antigo. Amparada por essa literatura, Valdivia (2015) argumenta que o extrativismo “progressista” tem mantido as relações de poder desiguais. Considerando os impactos socioambientais, Chomsky (2016) revela que a literatura mostra ruptura e luta entre as esperanças fantasiosas promovidas pela indústria e a dura realidade sofrida principalmente por populações rurais e indígenas. A maior parte dos estudos sobre o extrativismo tem focado a mineração, tomando como recorte os países

hispano-americanos, enquanto o extrativismo empreendido em plantações industriais, como o monocultivo de árvores, tem recebido menos destaque e atenção. Porém, a expansão desse “agroextrativismo”, no Brasil, desvela um fenômeno de enorme peso e importância, dentro do extrativismo latino-americano, e seus desdobramentos mais recentes merecem ser estudados em detalhe, como objetivamos fazer no presente artigo.

Plantações de árvores e investimentos em celulose, considerados e defendidos por muitos como uma parte da economia verde e da bioeconomia que poderia resolver os problemas na extração de recursos não renováveis, são mais bem compreendidos como partes do extrativismo, com base na observação de suas dinâmicas de expansão e nos impactos socioeconômicos na América Latina (KRÖGER, 2017).

Desde o início deste século, o Brasil tem-se destacado fortemente como produtor de árvores de rápido crescimento e celulose para exportação (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a; BRACELPA, 2013; IBÁ, 2015), tornando-se destino prioritário dos maiores empreendimentos do setor arbóreo-celulósico no mundo. Esse fenômeno não deve ser percebido como algo isolado, tendo em vista possuir importantes ramificações globais, cuja análise pode melhorar nossa compreensão acerca das mudanças contemporâneas do extrativismo, na América Latina.

O presente artigo propõe-se realizar uma análise multiescalar da expansão do monocultivo arbóreo e da produção de celulose, no Brasil contemporâneo, a partir dos mais recentes megaempreendimentos do segmento, em três diferentes regiões brasileiras (o Extremo-Sul da Bahia, o Leste de Mato Grosso do Sul e o Oeste do Maranhão), com foco nas estratégias de territorialização das corporações para sua efetivação. A expansão de projetos de celulose, nas áreas costeiras do Brasil, já foi objeto de diversos estudos¹, mas a nova expansão para o interior é um fenômeno que tem recebido pouca atenção internacional. Portanto, esse novo panorama e situação merecem uma análise nova e abrangente ligada às principais tendências do extrativismo latino-americano.

Em termos metodológicos, a pesquisa buscou combinar procedimentos quantitativos e qualitativos, lançando mão de ampla revisão bibliográfica, consulta a diversos bancos de dados secundários, análise documental, levantamento de material jornalístico e, especialmente, trabalhos de campo nas regiões estudadas², com a realização de quase quarenta entrevistas semiestruturadas, posteriormente analisadas segundo a técnica de categorização temática proposta por Gibbs (2009). As entrevistas foram direcionadas a trabalhadores e seus representantes, integrantes de movimentos sociais e suas lideranças,

¹ Para uma lista de estudos, ver Kröger (2014a).

² Os trabalhos de campo foram realizados nas três áreas que compuseram o recorte empírico da pesquisa, nos seguintes períodos: março de 2014, em Eunápolis e outros municípios do Extremo-Sul da Bahia; setembro de 2014, em Imperatriz e outros municípios do Oeste do Maranhão; novembro e dezembro de 2014, e abril de 2016, em Três Lagoas e outros municípios do Leste de Mato Grosso do Sul.

membros de comunidades camponesas, originárias (indígenas) ou tradicionais³, ocupantes de terras em litígio com as empresas estudadas, representantes do poder público e das próprias empresas.

O principal argumento defendido neste artigo é que, da maneira como está estruturada, a produção de celulose, no Brasil, implica *necessariamente* a pilhagem ilimitada de recursos territoriais, em detrimento dos povos originários, tradicionais, camponeses e trabalhadores vinculados ao processo produtivo da celulose, no campo e nas fábricas, e da população das áreas atingidas pelas inversões, de maneira geral, com toda sorte de impactos sociais e ambientais negativos ou problemáticos para esse amplo conjunto de sujeitos. Nessa perspectiva, convém destacar que a investigação constatou a combinação simultânea de distintas dinâmicas de acumulação, no sentido atribuído por Marx (2013) ao termo, pondo em questão conceitos clássicos da teoria crítica marxista.

A expansão celulósica extrativista, com seus vários conflitos, demonstra a tensão entre a crença – a nosso ver, ilusória - em que o novo extrativismo seria o melhor ou, pelo menos, o mais realista entre os modelos de desenvolvimento, nesse contexto político e econômico global, para os países da América Latina, e as críticas direcionadas ao fato de esse modelo ser não ético e socioambientalmente insustentável (ZHOURI; VALENCIO, 2014), equivocado quanto à sua visão de desenvolvimento e quanto ao papel que o Estado deveria ocupar, em sua promoção (EVANS, 2010), ou ambas as coisas ao mesmo tempo (BUNKER, 1985, 2003).

No conjunto da produção de *commodities*, o desempenho econômico do segmento arbóreo-celulósico tem feito dele uma das principais “promessas” do agronegócio brasileiro, fato que, recentemente, lhe rendeu destaque até mesmo em campanha veiculada em horário nobre da maior emissora de televisão do Brasil.⁴ Os representantes diretos das empresas⁵, seus principais órgãos representativos (a BRACELPA e a ABRAF, atualmente fundidas na IBÁ) e defensores de seus interesses, no plano político e acadêmico, esforçam-se por legitimar sua avassaladora expansão territorial, amplamente financiada com recursos públicos, a despeito de todas as evidências de violações socioambientais⁶, com base em

³ O conceito de “comunidade” ou “população tradicional” pode ser encontrado em Brandão e Borges (2014). O Brasil reconhece o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”, incorporado à Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Lei nº 9.985/2000 e pelo Decreto nº 6.040/2007, este último destinado ao estabelecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁴ A referida campanha, intitulada “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo e se estenderá até junho de 2018, segundo informações do Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>> Acesso em: 08 dez. 2016.

⁵ A maior parte da produção de celulose brasileira está nas mãos de um grupo muito reduzido de grandes corporações (Fibria Celulose, Suzano Papel e Celulose, Eldorado Brasil Celulose, Stora Enso, CMPC, Cenibra, Jari Celulose e Klabin), as quais oligopolizam o mercado e, juntas, são detentoras dos maiores empreendimentos atualmente em funcionamento ou em implantação, e de milhões de hectares de terra espalhados por diversas regiões do território brasileiro.

⁶ A esse respeito, ver os trabalhos de Dalcomuni (1990), Souza e Overbeek (2008), Kudlavicz (2011a e b), Gomes e Overbeek (2011), Ribeiro (2012), Malina (2013), Kröger (2014a e b) e Perpetua (2013; 2016a).

três argumentos principais, além daquele sustentado pelos apologistas do novo desenvolvimentismo, o qual trataremos em detalhe mais adiante: a tese da necessidade global do aumento da produção de insumos básicos, em função do impetuoso crescimento populacional das últimas décadas e suas projeções para as décadas subsequentes⁷, que se coaduna com as ideias de uma pretensa “vocação natural” do Brasil para esse tipo de atividade e da possibilidade de “desenvolvimento sustentável” por meio dela (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2016a).

Na atualidade, a produção de árvores e celulose tem se expandido fortemente para países do Hemisfério Sul, com grande destaque para o Brasil, o Chile, o Uruguai e a Indonésia, em busca de reduzir custos, aumentar a produtividade, “driblar” certos limites impostos pelas legislações ambiental e trabalhista e aproveitar as benesses concedidas pelos governos da região (SONNENFELD, 2000; BACCHETTA, 2008; PAKKASVIRTA, 2010; MORELLI, 2011; OWERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012). Como decorrência disso, estima-se que, nas últimas décadas, a área dos plantios industriais de árvores (PIAs) no Sul global tenha sido multiplicada por quatro e, apenas entre 1990 e 2010, crescido cerca de 50%, passando de 95 milhões de hectares para cerca de 153 milhões de hectares (OVERBEEK, KRÖGER; GERBER, 2012).

Estamos diante de uma faceta específica da produção desigual, combinada e polarizada inerente ao espaço capitalista (SMITH, 1988; HARVEY, 2005; 2013; BRANDÃO, 2007), pois, ao se especializarem na produção e exportação de *commodities*, como a celulose, países do Sul global, a exemplo do Brasil, assumem para si as etapas socioambientalmente mais onerosas, impactantes e com menor agregação de valor de cadeias produtivas mundializadas, funcionando como verdadeiros “nós” de uma rede de acumulação polarizada pelo Norte (KRÖGER, 2013a).

Não obstante, é fundamental ter em conta também a existência de duas tendências combinadas no plano global. Uma delas é a do aumento da produção chinesa de papel e, conseqüentemente, do crescimento exponencial da demanda, daquele país asiático, por celulose de países como o Brasil. A outra se refere à diversificação ou “flexibilização” (*flex-trees*) da produção dos tradicionais produtores do Norte em busca de maior agregação de valor ao produto final (KRÖGER, 2016). A alavanca propulsora de toda essa engrenagem é constituída pelo consumo altamente desigual, figurando os países ricos da América do Norte e da Europa Ocidental como os grandes consumidores finais do papel produzido nesse circuito global (PERPETUA, 2013).

O texto está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresentamos um breve panorama da produção de

⁷ Nessa perspectiva, exemplificada pelos discursos da ex-ministra da Agricultura, Katia Abreu, a floresta é vista pelo agronegócio como um obstáculo para alimentar o mundo (KRÖGER, 2017).

celulose, no Brasil, e o recente cenário de expansão para novas regiões, as quais despontaram como principais produtoras, a partir da implantação de megaempreendimentos, bem como seus principais fatores explicativos. Na segunda, procuramos demonstrar como a atuação do Estado, em diferentes momentos, foi e continua sendo imprescindível para a viabilização e atual configuração do capital arbóreo-celulósico, no Brasil. A terceira e última seção é dedicada a analisar as principais estratégias de territorialização das corporações do setor, com base no conceito de pilhagem territorial.

O panorama do setor, no Brasil, e as novas fronteiras da celulose

Entre 2000 e 2014, a área ocupada com eucalipto, no Brasil, saltou de 2.956.000 para 5.558.653 de hectares, crescendo 88% (SARTORI, 2008; IBÁ, 2015) e fazendo desse cultivo o quarto em área ocupada no país, atrás apenas da soja, do milho e da cana-de-açúcar (IBGE, 2015). A produção de celulose passou de 4,4 milhões de toneladas, em 1990, para 16,4 milhões de toneladas, em 2014 (BRACELPA, 2013; IBÁ, 2015). Concomitantemente, entre 2003 e 2015, o volume exportado de celulose cresceu nada menos que 354,8% (SECEX, 2016), fazendo do Brasil o quarto maior produtor de celulose em geral e o maior produtor e exportador de celulose de fibra curta branqueada do mundo (IBÁ, 2014).

Que fatores poderiam explicar tamanha pujança da indústria de celulose brasileira, na atualidade? É evidente que a incomparável produtividade da madeira produzida no país⁸ não deve ser descartada enquanto fator relevante para solucionar essa questão. Porém, como visto, entender o monocultivo arbóreo e a indústria de celulose, no Brasil contemporâneo, assim como em outros países do Sul global, requer considerar, antes de tudo, as transformações estruturais e geográficas ocorridas na indústria papeleira, em escala mundial.

Contata-se, portanto, a ocorrência de um intenso movimento de especialização regressiva nesse setor (PEDREIRA, 2008), através do qual o Brasil assume para si a etapa inicial, com menor agregação de valor e maiores impactos socioambientais, de uma extensa cadeia de valor mundializada (LEÃO; VASCONCELLOS, 2015; DANNENBERG; DIEZ 2016).

Imperioso notar que a maior parte do vertiginoso crescimento da produção de árvores e celulose atual, ao contrário do que ocorria no passado recente, se materializa não

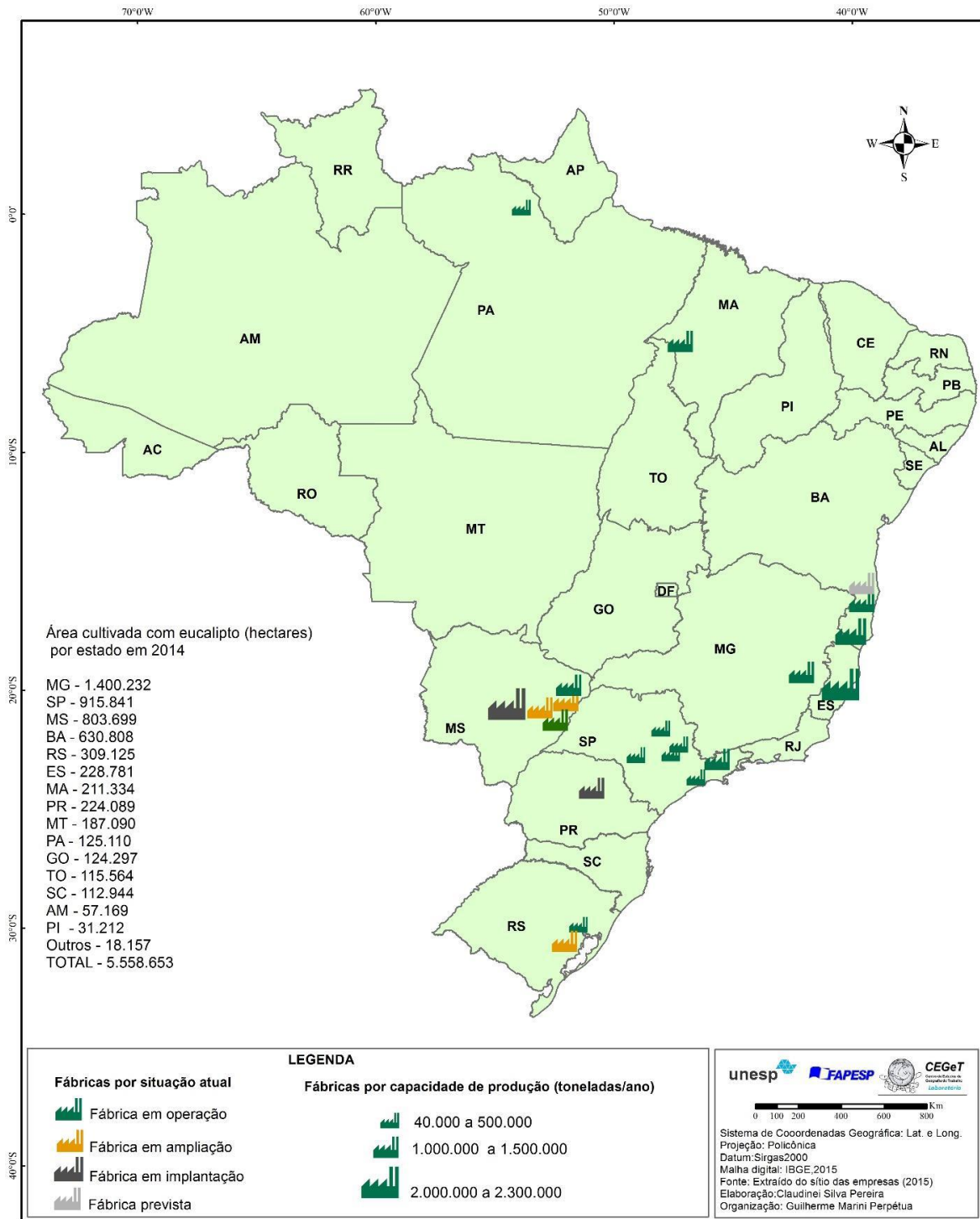
⁸ Segundo dados levantados pela Pöyry e apresentados pela BRACELPA (2013), o Brasil é líder absoluto nos quesitos tempo de rotação – isto é, tempo necessário para o corte da árvore – e volume de madeira por hectare/ano.

mais no centro dinâmico da economia nacional (região Centro-Sul do país), mas, principalmente, em estados do Centro-Oeste e do Nordeste brasileiros, porque, internamente, o mesmo movimento de periferização da produção de insumos básicos se replica (DAURA, 2004; MALINA, 2013). Assim, desenha-se um cenário diametralmente oposto àquele existente até o final dos anos 1990, quando a produção de celulose se mantinha majoritariamente concentrada nas regiões Sudeste (57%) e Sul (30%) (DAURA, 2004).

Atualmente, a maior parte da celulose é produzida em gigantescas fábricas integradas a extensas áreas de monocultivo, predominantemente implantadas desde a segunda metade dos anos 2000, em estados como Mato Grosso do Sul, Bahia e Maranhão. À exceção da nova fábrica da Klabin⁹, recentemente inaugurada no Município de Ortigueira (PR), todos os novos projetos, empreendimentos e obras de ampliação do segmento celulósico estão localizados fora do eixo Sul-Sudeste (Figura 1), *locus* das fábricas mais antigas, como as do interior de São Paulo ou o grande complexo da Aracruz Celulose (atual Fibria), no Espírito Santo, as quais datam dos anos 1960/1970.

⁹ Entretanto, a nova fábrica da Klabin possui duas particularidades interessantes em relação às demais: produz também celulose de fibra longa (400 mil ton./ano), além da de fibra curta (700 mil ton./ano) e abastece predominantemente o mercado nacional, com celulose *fluff* destinada à fabricação de fraldas e absorventes.

Figura 1 - Localização das fábricas de celulose de mercado no Brasil por situação (2015)



Os megaempreendimentos mais recentes, localizados nos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul e Maranhão, os quais são objeto deste artigo, tiveram por palco regiões onde já haviam sido implantados antigos maciços de eucalipto, a partir dos anos 1970, como decorrência da política de incentivos fiscais à atividade, adotada pelos governos militares

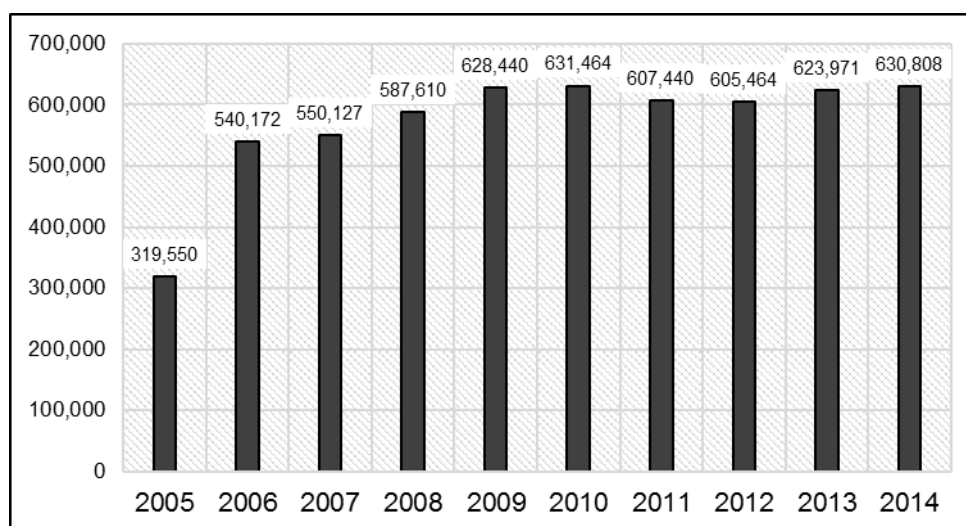
daquele período (SILVA, 2002; PEDREIRA, 2008; KUDLAVICZ, 2011a; MALINA, 2013; RIBEIRO JÚNIOR, 2014).

Após décadas sem destinação econômica, os maciços existentes passaram a atuar como um dos fatores de atração de investimentos nessas regiões, as quais, além deles, ofereceram às empresas outras “vantagens competitivas”, tais como as condições edafoclimáticas (solo e condições climáticas) e geomorfológicas (relevo adequado) extremamente favoráveis; a existência de grandes mananciais de água doce (condição *sine qua non* da atividade em questão); o preço relativamente mais baixo das terras, quando comparado ao das regiões onde estão as fábricas mais antigas; a infraestrutura multimodal de transportes e, não menos importantes, as generosas vantagens oferecidas pelos governos estaduais e municipais às empresas, na forma de incentivos fiscais e flexibilização da legislação ambiental (PERPETUA, 2013; KRÖGER, 2014a). Para além desses fatores, nossa pesquisa constatou o importante papel desempenhado pelos baixos salários e pela incipiência da organização sindical e dos movimentos sociais, no enfrentamento aos empreendimentos nessas áreas de expansão recente, em comparação com antigas regiões produtoras de celulose, na atração dos novos projetos do segmento arbóreo-celulósico. Essa constatação empírica reitera a tese de Wallerstein (2013), segundo a qual um dos mecanismos essenciais de funcionamento da economia-mundo capitalista tem sido sempre a deslocalização das empresas, em última análise, decorrente do efeito combinado do aumento da resistência e, conseqüentemente, da elevação dos salários, nas regiões mais antigas.

Alguns elementos intrínsecos à produção de celulose brasileira atual são fundamentais para o entendimento da forma de atuação (*modus operandi*) das grandes corporações arbóreo-celulósicas, nos espaços regionais onde se inserem. Um deles é a escala mínima de produção recomendada para qualquer fábrica que se pretenda internacionalmente competitiva, a qual, segundo Biazus, Hora e Leite (2010a), em 2010, girava em torno de 1 milhão de ton./ano. A capacidade produtiva das fábricas, obviamente, vincula-se de modo direto ao tamanho da área de plantio necessária, algo em torno de 100.000 hectares, para essa escala, no caso brasileiro (BRACELPA 2013). Outra característica importante é a contiguidade espacial entre fábricas e áreas de cultivo, relacionada à alta proporção ocupada pela madeira e pelo frete, no cômputo geral dos custos médios de produção da celulose branqueada de eucalipto (BHKP), os quais, somados, chegam a atingir 60% do total (BIAZUS; HORA; LEITE, 2010a). Precisamente por isso, o padrão locacional da produção de celulose é ditado pela proximidade com as fontes de matéria-prima (*source oriented*), diferentemente daquele que guia a indústria papelreira, orientado pela proximidade dos mercados consumidores (*market oriented*) (BIAZUS, HORA; LEITE, 2010b).

No Extremo-Sul da Bahia¹⁰, a primeira fábrica de celulose a ser implantada foi fruto de uma parceria firmada entre a Suzano Papel e Celulose e a então empresa estatal Vale do Rio Doce (atual Vale), firmada, em 1985, no Município de Mucuri (MALINA, 2013). Contudo, o maior e mais importante projeto teria início quase duas décadas depois, quando foi anunciada a construção da fábrica da Veracel Celulose, por meio de investimento conjunto (do tipo *joint venture*) entre a brasileira Aracruz Celulose (atual Fibria) e a sueco-finlandesa Stora Enso. A construção desse bilionário megaempreendimento transnacional, cuja fábrica se encontra em Eunápolis e as áreas de plantio se espalham pelo território de dez municípios, começou em 2002 e foi concluída em 2005, fazendo com que a área ocupada com eucalipto, no estado, praticamente dobrasse em menos de uma década (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Expansão da Área Plantada (ha) com Eucalipto na Bahia (2005-2014)



Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014). Elaborado pelos autores.

Em Mato Grosso do Sul¹¹, a saga da celulose teve início no ano de 2006, com o anúncio da construção do Projeto Horizonte I, pela Votorantim Celulose e Papel (VCP), doravante fundida à Aracruz e denominada Fibria (GOMES, 2011; ALMEIDA, 2012), através de um processo em que o governo novo-desenvolvimentista brasileiro teve papel central, resgatando a Aracruz e a VCP, após suas perdas especulativas nos mercados financeiros depois da crise de 2008, e tornando-se um importante acionista da Fibria via BNDES (KRÖGER, 2012). Assim, o Estado brasileiro teve um papel fundamental também em transformar Três Lagoas num polo de plantações de eucalipto para celulose.

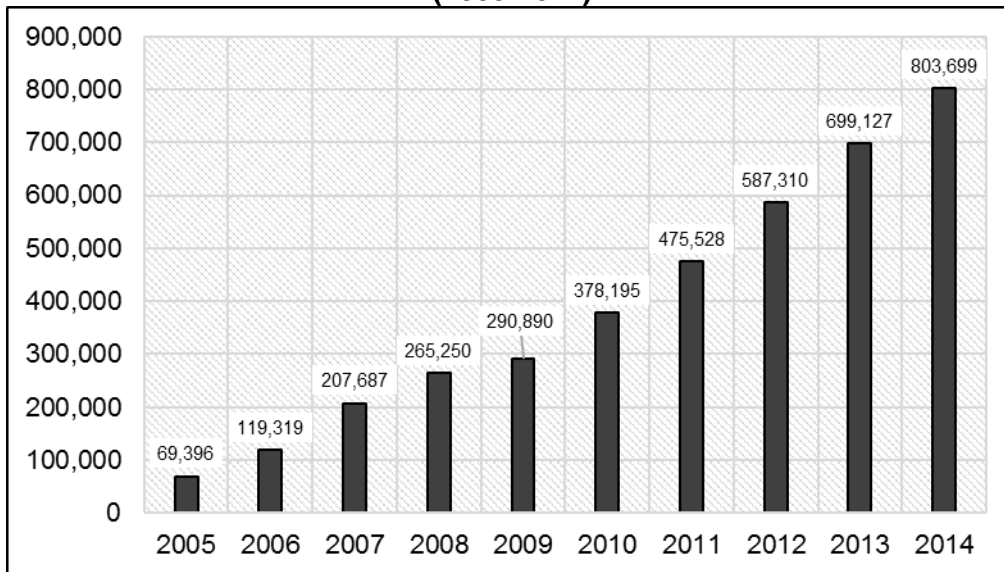
¹⁰ Perpetua e Thomaz Junior (2016b) dedicaram um artigo especificamente ao detalhamento e análise do caso da territorialização da Veracel Celulose, no Extremo-Sul da Bahia. Sobre o mesmo caso, ver também Kröger e Nylund (2012).

¹¹ Para um aprofundamento em relação à implantação desses projetos em Três Lagoas, ver Perpetua (2013; 2016b).

A primeira fábrica construída em Três Lagoas e inaugurada em 2009, às margens do Rio Paraná, em pouco tempo foi sucedida pela segunda, da empresa Eldorado Brasil, atualmente controlada pela J&F Holding, pertencente ao grupo JBS, inaugurada três anos mais tarde. Somados, esses dois megaempreendimentos fazem de Três Lagoas o maior polo produtor de celulose do mundo, realidade que tende a se consolidar ainda mais, tendo-se em vista que ambas as empresas estão, atualmente, dobrando sua capacidade produtiva, com a construção de novas linhas de produção. Há também um terceiro megaempreendimento, ainda mais portentoso (2,2 milhões de toneladas), já anunciado pela empresa Celulose Rio-Pardense e Energia (Celulose Rio-Pardense e Energia - CRPE Holding S/A) e licenciado pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), cuja fábrica será implantada no município de Ribas do Rio Pardo, limítrofe a Três Lagoas. Porém, a crise política e econômica brasileira tem afastado os investidores estatais e estrangeiros já previstos para o projeto da CRPE (PAINEL FLORESTAL, 2016).

A transformação territorial e paisagística que a celulose trouxe é simplesmente enorme e merece destaque: esse fenômeno tem modificado profundamente as regiões onde se insere, em todos os sentidos (social, territorial, simbólico etc.). A chegada repentina dos novos megaempreendimentos trouxe consigo a rápida expansão do monocultivo de eucalipto (Gráfico 2) por sobre as grandes fazendas de pecuária, atividade tradicional na região, em velocidade jamais vista em nenhum outro lugar. Em nove anos, a área total cultivada com eucalipto, no estado, foi simplesmente multiplicada por mais de onze vezes e meia. Em 2013, a Fibria sozinha possuía 317.026 ha, na Microrregião de Três Lagoas, sendo 207.658 deles plantados com eucalipto (OLIVEIRA, 2014). A Eldorado Brasil fechou 2014 com 200 mil hectares plantados, o dobro da área cultivada quando da aquisição das terras, em 2010¹².

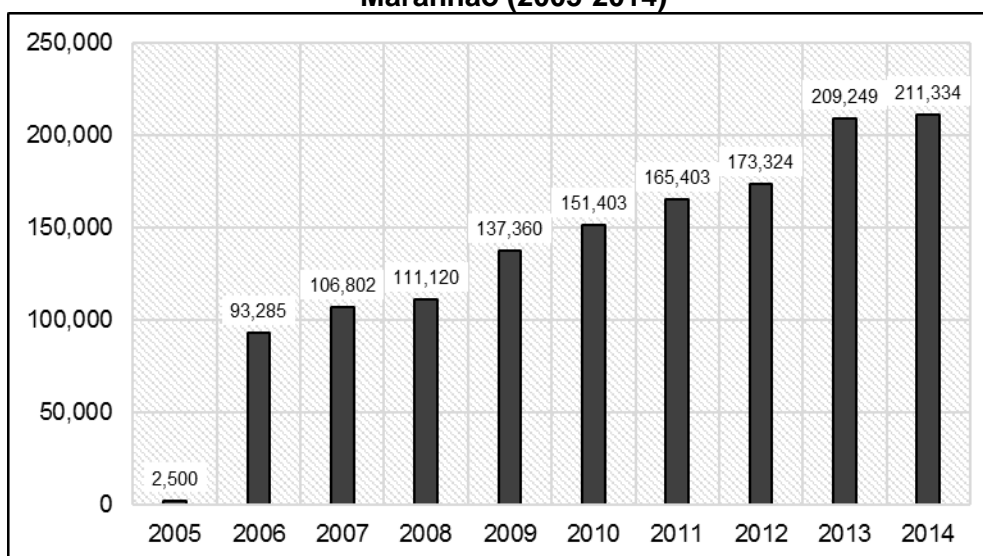
¹² Essa informação foi fornecida por um técnico da própria empresa, entrevistado em Três Lagoas, em dezembro de 2014.

Gráfico 2 – Expansão da área plantada (ha) com eucalipto em Mato Grosso do Sul (2005-2014)

Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014). Elaborado pelos autores.

O mais recente dos empreendimentos estudados foi implantado na região de Imperatriz, Oeste do Maranhão, pela Suzano Papel e Celulose, como parte de um grande projeto de expansão da empresa, lançado em 2008, o “Projeto 2024”.¹³ Após o processo de aquisição das terras da Celulose do Maranhão (CELMAR) e da Ferro Gusa Carajás, antigas subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce (MIQCB, 2012/2013), a empresa deu início à construção de sua fábrica *greenfield* e à rápida expansão dos eucaliptais para abastecê-la (Gráfico 3).

¹³ Informação concedida por uma diretora da empresa, entrevistada em Imperatriz, em setembro de 2014. Para mais informações sobre a constituição desse empreendimento específico, ver os trabalhos de Kröger (2013b) e Riberio Junior (2014).

Gráfico 3 – Expansão da área plantada (ha) com eucalipto no Maranhão (2005-2014)

Fonte: ABRAF (2013); IBÁ (2014). Elaborado pelos autores.

Além dos cinco megaempreendimentos citados, na segunda metade dos anos 2000, houve também o anúncio da implantação de outros projetos, pelas mesmas empresas que hoje atuam em Mato Grosso do Sul e na Bahia (Fibria e Stora Enso), as quais, à época, disputavam terras na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul (KRÖGER, 2010; MORELLI, 2011) e, ainda, por uma nova empresa, chamada Braxcel Celulose, a qual pretendia implantar fábrica na região Sul do estado do Tocantins, segundo informações disponibilizadas pela própria empresa e por veículos de comunicação (VEJA, 2012). A Suzano Papel e Celulose também divulgou a intenção de instalar um segundo projeto no estado do Piauí, cuja fábrica deveria ter ficado pronta em 2014 (O ESTADO DE S. PAULO, 2010). No entanto, nenhum desses projetos saiu do papel. Por trás das alegações superficiais e desencontradas das empresas para o cancelamento ou suspensão, revelam-se, como verdadeiras motivações, acordos entre os principais *players* do segmento para neutralizar possíveis disputas territoriais entre eles ou a elevação desmedida da oferta (ALMEIDA 2012; VALOR ECONÔMICO, 30/01/2014). Além disso, vários fatores impactaram a realização desses investimentos, sendo um dos principais, dentre eles, a forte resistência à expansão do eucalipto, por exemplo, no Rio Grande do Sul e no Piauí (KRÖGER, 2014a).

O papel de Estado novo-desenvolvimentista brasileiro

O panorama atual da produção brasileira de celulose, nos moldes apresentados, é também o resultado combinado de ações governamentais passadas e recentes. Por um lado, a forte intervenção estatal no período nacional-desenvolvimentista, sob a égide do

militarismo (1964 em diante), marcou uma inflexão determinante no caráter da produção de celulose, no Brasil. Por outro lado, a recente ascensão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a implantação de seu modelo novo-desenvolvimentista foi elemento decisivo para o crescimento vertiginoso, tanto da produção quanto do poder das maiores corporações da celulose nacionais, estrangeiras ou transnacionais atuantes no país.

Dentro das coordenadas da “nova” estratégia de desenvolvimento, o fortalecimento do setor primário-exportador foi encarado como saída para o problema da vulnerabilidade estrutural do balanço de pagamentos, uma vez que permitiu a obtenção de continuados superávits da balança comercial (COUTINHO; SARTI, 2003; SICSÚ, DE PAULA; MICHEL, 2007; DELGADO, 2012; BOITO JUNIOR, 2012). Esse fato ajudou a respaldar a chamada “política das campeãs nacionais”¹⁴, adotada pelo BNDES, durante a segunda metade dos anos 2000 e a primeira de 2010, pelo menos no contexto do megaciclo das *commodities*, fortemente impulsionado pelo crescimento da demanda chinesa¹⁵ (CANO, 2010; MILANEZ; SANTOS, 2013; GONÇALVES, 2016).

De acordo com Alves (2014), os programas de incentivo estatal para a oligopolização da economia, com o fortalecimento de grandes grupos econômicos mediante financiamento do setor privado pelo BNDES, constituíram uma das bases do tripé novo-desenvolvimentista, ao lado dos programas de investimento em infraestrutura e dos programas de transferência de renda e expansão do crédito. O efeito desses programas foi decisivo, principalmente, para os investimentos mais intensivos em recursos naturais e geradores dos mais severos impactos socioambientais (KRÖGER, 2012; 2014a). Segundo a estimativa apresentada por Garzon (2010), entre 2006 e 2009, os setores de produção de energia hidrelétrica, mineração, indústria de celulose e papel, pecuária e usinas de álcool receberam, juntos, um total de R\$ 56 bilhões do BNDES, dos quais R\$ 9,7 foram destinados ao setor celulósico-papeleiro, o terceiro em volume de recursos recebidos. Nos seis anos seguintes, o montante concedido pelo banco para as corporações do setor cresceu ainda mais, atingindo a cifra de R\$ 17,6 bilhões (Tabela 1).

¹⁴ Tal política, segundo Luciano Coutinho, ex-presidente do banco, consistiu em priorizar grandes companhias com capacidade para competirem globalmente e se tornarem líderes em seu setor, no cenário internacional (VEJA, 2011), muitas das quais pertencentes ao ramo dos “agronegócios”.

¹⁵ Alguns analistas se referem a esse processo como “efeito China”, dando ênfase à centralidade das importações chinesas para a valorização das *commodities* brasileiras.

Tabela 1 - Operações Diretas do BNDES com Empresas do Setor de Celulose e Papel (2010 a 2015*)

Empresa	Montante Concedido (R\$)
Suzano	4.606.293.275
Klabin	4.500.868.015
Eldorado Brasil	2.801.096.760
CMPC Celulose Riograndense	2.577.860.169
Fibria**	1.770.903.048
Jari	534.642.000
Veracel	369.157.195
Rigesa	237.508.000
Melhoramentos	137.886.000
Arauco Forest	61.625.633
Kimberly-Clark	59.249.000
Lwarcel Celulose	33.471.000
Total	17.690.560.095

*Os valores são referentes às operações realizadas até setembro de 2015. **Inclui VCP e Aracruz Celulose. Fonte: BNDES. Elaborada pelos autores.

Tamanha prodigalidade do Estado brasileiro para com esse setor econômico e suas maiores empresas teve como contrapartida o recebimento de vultosas doações para campanhas políticas, por parte dessas mesmas empresas. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro (TSE), Fibria Celulose, Suzano Papel e Celulose, Eldorado Brasil, Veracel e Stora Enso doaram, juntas, um total de R\$ 38.514.591,88 para campanhas eleitorais de inúmeros candidatos, pertencentes a distintos partidos, nas eleições de 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014. É importante notar que as doações, embora muitas vezes concedidas a candidatos rivais e partidos opostos, nos mesmos pleitos, tiveram como alvo os municípios e unidades federativas onde se localizam ou pretendem implantar-se os megaempreendimentos celulósicos. Torna-se evidente, portanto, um fenômeno marcante do contexto atual da acumulação capitalista, o qual Mészáros (2003) denomina “hibridismo” entre Estado e capital¹⁶, também abordado, em outros termos, por autores como Harvey (2011) e Žižek (2012).

Para os objetivos deste artigo, é imprescindível observar que cada um dos novos megaempreendimentos celulósicos, tão fartamente financiados pelo Estado brasileiro, ganha materialidade e se territorializa em extensas áreas que nunca foram meros “espaços vazios” ou “terras degradadas e inutilizadas”, como querem fazer crer as empresas e seus defensores, mas *territórios indispensáveis de trabalho e vida* para povos originários (Pataxó e Tupinambá, no Extremo-Sul da Bahia; Krikati, Gavião, Timbira e Guajajara, no Oeste do

¹⁶ De acordo esse autor (MÉSZÁROS, 2003), a maior evidência do hibridismo que compõe o quadro da crise estrutural atual do capitalismo consiste no reaparecimento da ajuda externa maciça, como condição imprescindível da acumulação ampliada do capital.

Maranhão), comunidades tradicionais (quilombolas, no Extremo-Sul da Bahia, e quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão) e camponesas (nas três áreas de estudo) (REGO; ANDRADE, 2006; ABREU, 2010; ALMEIDA, 2012; KUDLAVICZ, 2011; MIQCB, 2012/2013; RIBEIRO JUNIOR, 2014), fazendo dos conflitos por terra e água uma constante, nessas mesmas regiões (Tabela 2). Juntas, as Tabelas 1 e 2 mostram a contradição inerente ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, nos últimos anos, o qual se assemelha aos outros novos extrativismos na América Latina, durante a vigência de vários dos governos “progressistas” após 2000.

Tabela 2 - Relação entre a existência de comunidades originárias, tradicionais e camponesas e conflitos territoriais nas regiões produtoras de celulose estudadas

Microrregião	Comunidades quilombolas*	População indígena**	Número de assentamentos	Famílias assentadas	Número de conflitos territoriais (2006-2014)***
Porto Seguro	9	14.931	30	2.128	88
Imperatriz	0	6.891	56	5.554	74
Três Lagoas	0	376	10	1.046	2
Total	9	22.198	96	8.728	164

*Certificadas ou em processo de certificação; **Autodeclarada no censo; ***Inclui ocupações e acampamentos, conflitos por terra e água. Fonte: Fundação Palmares (2015); IBGE (2010); ALMEIDA (2012); CPT (2006-2015).

O *modus operandi* das empresas e suas táticas de pilhagem territorial

Dadas as características inerentes aos megaempreendimentos arbóreo-celulósicos recentemente implantados nas regiões consideradas e explicitadas no item anterior, o controle de vastos territórios com seus recursos aparece como um elemento central, nas estratégias das grandes corporações. De fato, nos moldes como a produção de celulose está hoje configurada – os quais, como visto, estão diretamente ligados à lógica do capital financeiro, à forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e aos processos de concentração e centralização do capital relacionados à verticalização da produção – ela só pode atingir seu objetivo (a geração sustentada e sempre crescente de lucro) recorrendo ao domínio vertical, rigoroso e absolutamente arbitrário de territórios praticamente contíguos e de enormes dimensões. Por isso, empresas como as que estudamos precisam lançar mão, deliberada e sistematicamente, de uma estratégia territorial de conjunto, cujo fim precípua e último é o domínio e a monopolização de certos *recursos* (solo, água, infraestrutura de transportes, benefícios fiscais e financeiros etc.) presentes e constitutivos desses mesmos territórios (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2016b).

Nesse sentido, nossa pesquisa revelou duas formas complementares de atuação das corporações estudadas, nas três regiões. De um lado, colocam-se ações que visam a expandir ao máximo o território sob controle das empresas, inclusive em áreas proibidas e/ou já territorializadas (formalmente ou não) por povos originários, comunidades camponesas ou tradicionais, como anteriormente indicado (ver Tabela 2). De outro lado e paralelamente, colocam-se táticas de neutralização de potenciais “ameaças sociais” à constituição dos empreendimentos, sobretudo, no que se refere à constituição das extensas áreas de monocultivo do eucalipto para abastecer as fábricas.

Em todos os casos, as centenas de milhares de hectares de terra não estavam à espera das empresas para o plantio, ainda que sem elas nenhuma fábrica poderia sequer ser cogitada. Vastas áreas precisaram ser previamente negociadas com os antigos proprietários, como as chamadas “companhias de reflorestamento” do passado (Flonibra, Florestas Rio Doce e Aracruz Florestal, na Bahia; Chamflora, em Mato Grosso do Sul; Celmar e Ferro Gusa Carajás, no Maranhão) ou grandes fazendeiros do presente, cuja atividade principal consiste na pecuária ou simplesmente na especulação com terras. No Extremo-Sul da Bahia e no Oeste Maranhense, muitas dessas áreas estão ainda hoje em litígio com comunidades, quase sempre devido ao passado de expropriação violenta e grilagem, seja por parte das antigas empresas reflorestadoras e seus prepostos, seja por parte dos fazendeiros que ali se estabeleceram, de forma ilegal, no passado. Esse fato, amplamente verificado nos trabalhos de campo e entrevistas realizadas nas três áreas de estudo, pode ser também comprovado por meio das pesquisas de Koopmans (2005), Souza e Overbeek (2008), Pedreira (2008), Asselin (2009), Malina (2013) e MIQCB (2012/2013).

Quanto a isso, o caso da implantação da Veracel, no Extremo-Sul da Bahia, é o mais emblemático, em função das incontestáveis evidências de violações cometidas no passado mais remoto, assim como no presente. Um dos entrevistados, por exemplo, relatou em detalhes a expulsão de centenas de camponeses posseiros, inclusive dele mesmo, por parte de pistoleiros contratados pela Veracruz Florestal, na região.¹⁷ Ademais, o estudo de Malina (2013, p. 234) constatou, através de levantamentos cartoriais, que “[...] diversas propriedades haviam sido compradas pela Veracel, segundo consta nas matrículas, enquanto as terras ainda eram devolutas, do Estado da Bahia.” Contudo, a empresa utilizou-se de pessoas físicas como intermediárias das transações de compra e venda, um subterfúgio para regularizar a situação dessas áreas.¹⁸

¹⁷ A mesma história foi tema de matéria subscrita pelo jornalista Teoney Guerra (22/01/2014) e está disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2014/01/22/grilagem-terceirizada-por-teoney-araujo-guerra/>> Acesso em: 28 mar. 2014).

¹⁸ A autora do estudo analisou as matrículas de 195 propriedades rurais e 10 propriedades urbanas, todas pertencentes à Veracel, mais 7 propriedades fomentadas e 5 propriedades arrendadas pela empresa, pertencentes a pessoas físicas.

No mesmo sentido vão as informações fornecidas por um agente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado à Igreja Católica, entrevistado na região, o qual relatou a invasão, por parte da empresa, tanto de áreas indígenas, há séculos ocupadas pelo povo Pataxó, quanto de áreas proibidas por lei como forma de proteção ambiental.¹⁹

Para o caso mais recente, no Maranhão, um estudo assinado por pesquisadores vinculados ao Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e financiado pela Fundação Ford denuncia que unidades de conservação ambiental, comunidades camponesas e povos tradicionais estão sendo severamente impactados com a perda dos territórios que habitam ou daqueles que utilizam para coletar seus recursos, em função da expansão dos eucaliptais da Suzano e do aquecimento do mercado de terras por ela promovido (MIQCB 2012/2013). Uma reportagem televisiva produzida pela Rede Globo e exibida em 19 de fevereiro de 2017, intitulada “Florestas de eucalipto ameaçam vida do sertanejo no cerrado do MA”, chega a conclusões semelhantes.²⁰

Em Mato Grosso do Sul, Kudlavicz (2011b) e Almeida (2012) denunciaram o cercamento dos assentamentos e a descomunal pressão exercida pelos eucaliptais da Fibria e da Eldorado Brasil sobre os camponeses assentados. Conseqüentemente, para muitos desses camponeses, a única forma de permanecer na terra tem sido o trabalho assalariado nessas mesmas empresas ou em empresas subcontratadas, exercendo as atividades mais penosas e degradantes (FONSECA; THOMAZ JUNIOR, 2014; PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2015).

Simultaneamente às ações territorialmente expansivas, as corporações da celulose que atuam em áreas de expansão recente, no Brasil, investem vultosos recursos a fim de neutralizar possíveis “ameaças sociais” aos seus empreendimentos.²¹ Todavia, tamanho esforço não deve ser entendido de maneira unilateral, isto é, apenas como simples meio de assegurar a consolidação e a manutenção do controle sobre o território das empresas e, por conseguinte, a garantia de fornecimento de matéria-prima em tempo integral para as fábricas. Há também um segundo condicionante, cuja relevância não é menor que a do primeiro, para a correta compreensão da estratégia territorial de conjunto das empresas: a necessidade de legitimação (DUPAS, 2005), pela obtenção e manutenção de certificações de responsabilidade socioambiental, enquanto exigência incontornável imposta pelo comércio internacional (MORELLI, 2011; ASEVEDO, 2013).

As empresas estudadas mantêm departamentos específicos de Responsabilidade Social e Ambiental compostos e geridos, em sua maioria, por profissionais com formação

¹⁹ Entrevista realizada em 20/03/2014.

²⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2017/02/florestas-de-eucalipto-sufocam-vida-do-sertanejo-no-cerrado-do-ma.html>> Acesso em: 3 abr. 2017.

²¹ O mesmo aspecto foi constatado nos trabalhos de Pedreira (2008) e Malina (2013).

em ciências humanas e sociais, remanescentes de ONGs e/ou movimentos sociais, ou seja, pessoas que conhecem bem as lutas, reivindicações e, muito especialmente, a estrutura interna da resistência organizada aos empreendimentos.²² E sua primeira tarefa, segundo uma diretora de responsabilidade social da Suzano entrevistada, consiste exatamente no mapeamento das comunidades em terras adquiridas ou em negociação pela empresa.²³ O mesmo fato foi mencionado pelo representante do CIMI no Extremo-Sul da Bahia, nos seguintes termos: “[...] eles têm uma estratégia [para] onde existem comunidades tradicionais, eles já têm um plano, um plano de ação”.²⁴

Após a identificação das possíveis áreas de conflito com comunidades, tem início um processo de aproximação e propositura de “parcerias” pelas empresas, por meio de projetos específicos com diferentes enfoques, por exemplo, construção de escolas, bibliotecas e hospitais, doação de material escolar e uniformes para os alunos, asfaltamento de ruas, apoio técnico e financeiro para os agricultores, entre outros (no caso da Suzano, em Imperatriz, essa estratégia ajudou a empresa a ter menos resistência organizada contra ela, por parte de movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (ver KRÖGER, 2013b). Assim, o capital procura ocupar o vácuo proposital deixado pela inoperância do Estado e, uma vez que o consiga, pretende contar com a docilidade dos principais atingidos pelos seus gigantescos empreendimentos em regiões onde predomina a pobreza, especialmente no campo. Nesse sentido, os casos dos assentamentos Califórnia, na região de Imperatriz (Maranhão), e 20 de março, na de Três Lagoas (Mato Grosso do Sul), são exemplares. Diversos entrevistados mencionaram ainda um trabalho paralelo de cooptação de lideranças nas comunidades, como forma de facilitar a entrada dos prepostos das empresas e a aceitação tácita das suas condições e projetos impostos de forma vertical.

Paralelamente, as empresas investem muito dinheiro nos meios de comunicação local e regional, de modo a atender a uma dupla finalidade: promover sua imagem enquanto agente responsável e benéfico para as regiões onde se inserem e, concomitantemente, inviabilizar, condenar e criminalizar quaisquer ações de contestação realizadas por movimentos sociais, órgãos representativos da classe trabalhadora e outras organizações da sociedade civil (GIRELLI, 2011).

Quando todas as táticas de persuasão e convencimento falham, diversos relatos revelaram o uso de meios muito menos aceitáveis, como a intimidação verbal e as ameaças por parte de funcionários das empresas ou de seguranças particulares por elas contratados,

²² Informação obtida em entrevistas efetuadas durante os trabalhos de campo na Bahia (março de 2014) e no Maranhão (setembro de 2014). Semelhante fato foi verificado pelos pesquisadores do MIQCB (2012/2013).

²³ Entrevista realizada em 17/09/2014.

²⁴ Entrevista realizada em 20/03/2014.

para vigiar ostensivamente seus plantios. Revela-se, assim, o caráter autoritário da territorialidade das corporações arbóreo-celulósicas.

Não obstante, é necessário mencionar que essas mesmas corporações também sujeitam os trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo aqueles que atuam na produção e transporte de árvores, a uma dinâmica de trabalho visceralmente precarizada e degradante, cujo corolário têm sido os inúmeros casos de acidentes e adoecimento no trabalho.²⁵

O *modus operandi* das corporações arbóreo-celulósicas nas regiões de expansão recente revela, portanto, a combinação de diferentes dinâmicas de acumulação do capital, desde a acumulação ampliada típica, tal como exposta por Marx (2013), até a acumulação primitiva permanente, cuja existência foi demonstrada por Luxemburgo (1970), ou aquilo que Harvey (2013) tem chamado de acumulação por espoliação.²⁶

Diante destas, Perpetua e Thomaz Junior (2016b) defendem a tese de que, dadas as características inerentes à estruturação do segmento arbóreo-celulósico, no Brasil, condicionadas pela inserção do país na divisão internacional do trabalho afinada pelo diapasão do capital financeiro, as formas de exploração dos recursos territoriais – incluindo a força de trabalho – vão *necessariamente* muito além de qualquer limite natural ou humano, revelando a combinação de distintas dinâmicas de acumulação que só podem efetivar-se através de um controle territorial verticalizado e autoritário, centro das estratégias das corporações. Desse modo, a pilhagem pode ser tomada como propriamente *territorial*, em três sentidos diferentes, porém, complementares: (1) é pilhagem que só pode ocorrer por meio da constituição e controle de imensos territórios por parte das empresas; (2) é pilhagem dos recursos territoriais (terra, água, condições climáticas, infraestrutura de transportes, recursos públicos, força de trabalho etc.) e (3) é também desmonte de outros territórios e formas de territorialidade preexistentes (outros cultivos e atividades, territórios camponeses, indígenas e de comunidades tradicionais).

Por outro lado e contraditoriamente, o mesmo movimento de especialização produtiva e inserção internacional introduz exigências de controle (certificações internacionais, programas de responsabilidade socioambiental e planos de segurança e

²⁵ Perpetua e Thomaz Junior (2015) analisam detalhadamente essa realidade. A superexploração do trabalho e a imposição de riscos e agravos à saúde dos trabalhadores, no monocultivo arbóreo e na produção de celulose, foram também abordadas por Fassa, Fachini e Dall’Agnol (1996), Koopmans (2005), De’Nadai, Soares e Overbeek (2011) e World Rainforest Movement (2007).

²⁶ Na obra *A acumulação do capital* (1970), Rosa Luxemburgo faz uma contundente crítica ao esquema explicativo de Marx, o qual relega a chamada “acumulação primitiva” à pré-história do modo de produção capitalista. Para a autora, é impossível haver a acumulação ampliada, descrita por Marx por meio do esquema D-M-D’, sem que existam, ao mesmo tempo e de forma conflituosa, formas sociais não capitalistas regidas pelo que ela chamou de economia natural. A acumulação primitiva permanente seria, pois, condição indispensável da acumulação ampliada. Mais recentemente, Harvey (2013) retoma essas duas formulações, a fim de demonstrar como, mesmo nos dias de hoje, o capital, além disso, também tem se utilizado de métodos de acumulação não tipicamente capitalistas, em estruturas sociais e espaços regionais já incorporados ao sistema capitalista, num mecanismo por ele denominado “acumulação via espoliação”. Assim, segundo o autor, a acumulação via espoliação difere da acumulação primitiva, pois, enquanto esta “[...] abre um caminho à reprodução expandida”, aquela “[...] faz ruir e destrói um caminho já aberto.” (HARVEY, 2013, p. 135).

saúde no trabalho) originalmente estranhas à produção e incompatíveis com a pressão territorial que lhe é inerente.

Considerações finais

Este artigo contribui com os estudos sobre o extrativismo, mostrando como os investimentos em celulose são uma parte desse fenômeno global e, sendo assim, são expressões de dinâmicas comuns a tal fenômeno. Nesse sentido, demonstramos, por exemplo, como o papel do Estado e, particularmente, dos chamados “governos progressistas” latino-americanos, constituiu fator fundamental na expansão extrativista. Também apontamos como essa dinâmica funciona com base no controle vertical e monopolista dos recursos territoriais em grande escala, por um processo da pilhagem que causa impactos socioambientais negativos, nas áreas de inversão. Desse modo, os resultados apresentados e discutidos unem-se a outros estudos críticos ao extrativismo latino-americano, tais como os realizados por Veltmeyer e Petras (2014), Gudynas (2016) e Kröger e Lalander (2016).

No Brasil, o vertiginoso crescimento da produção tem ocorrido predominantemente por meio da implantação de megaempreendimentos responsáveis pela expansão do monocultivo do eucalipto, em novas áreas, como o Extremo-Sul da Bahia, o Leste de Mato Grosso do Sul e o Oeste do Maranhão. A análise das formas de atuação das principais corporações envolvidas, em seu processo de territorialização, revelou uma estratégia de conjunto a qual denominamos pilhagem territorial, constituída por distintas dinâmicas de acumulação do capital (ampliada, primitiva permanente e por espoliação), com toda sorte de desdobramentos nefastos para as populações locais, marcadamente para as comunidades camponesas, povos originários e tradicionais.

Enquanto parte da totalidade complexa da acumulação do capital, em nível global, a indústria de celulose e a produção arbórea a ela vinculada têm passado por amplas e profundas mudanças, na contemporaneidade. Uma de suas mais importantes facetas é a progressiva transformação de países do Sul global, como o Brasil, em grandes produtores mundiais e exportadores dessa *commodity*, ao assumirem para si as etapas iniciais da cadeia produtiva papelreira, com menor agregação de valor e maiores impactos socioambientais. Entender tal fenômeno requer considerar o peso concomitante de fatores externos, como o megaciclo das *commodities* e o peso da demanda chinesa por insumos básicos, e internos, como a implantação da política econômica novo-desenvolvimentista, a qual explica o apoio estatal irrestrito para o segmento em questão.

Desencadeando um “efeito cascata”, nossa pesquisa revelou que a chegada das “gigantes da celulose” a regiões já marginalizadas pela dinâmica econômica capitalista significa a abertura de uma verdadeira “caixa de Pandora”, provocando súbita elevação do preço das terras; expropriação de pequenos agricultores e comunidades camponesas, originárias e tradicionais; forte retração da produção de cultivos alimentares; aumento do êxodo rural; intensificação da concentração fundiária e, conseqüentemente, o acirramento das disputas e conflitos por terra e água. Em todos os casos, a promessa da criação de milhares de postos de trabalho foi rapidamente sucedida pela realidade da maioria dos empregos gerados, escassos diante do volume de investimentos realizados, completamente instáveis, pois altamente rotativos, mal remunerados, precários e, no limite, caracterizados pelos riscos e agravos à saúde dos trabalhadores, destacadamente para aqueles que se dedicam às atividades de plantio, manejo, corte e transporte de árvores. E se, por um lado, esses poucos e precários empregos são gerados, por outro, inúmeros postos de trabalho e formas de geração de renda deixam de existir, devido ao desmantelamento de atividades preexistentes, como a pecuária, a pequena agricultura e o uso sustentável de bens de florestas nativas pelos povos tradicionais brasileiros (como as quebradeiras de coco, no Maranhão).²⁷

Com efeito, acreditamos que as evidências apresentadas são mais que suficientes para demonstrar a falácia do discurso de sustentabilidade socioambiental amplamente propalado pelas empresas de celulose, no Brasil, bem como da efetividade dos mecanismos de certificação da responsabilidade social que asseguram seu acesso ao mercado internacional. Semelhantes evidências devem servir para a crítica do modelo de desenvolvimento adotado na América Latina, mesmo pelos governos chamados de “progressistas”, o qual fomenta um setor excludente e degradante, com abundantes recursos públicos à custa da maior parte da sociedade.

Referências

- ABREU, E. L. B. de. Identidade cultural: comunidades quilombolas do Extremo-Sul da Bahia em questão. *Revista África e Africanidades*, ano 2, n. 8, fev. 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Rev. Bras. de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.
- ALMEIDA, R. A. de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária. *Boletim DATALUTA (NERA)*, Presidente Prudente, n. 60, p. 2-10, dez. 2012.
- ALVES, G. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Práxis, 2014.

²⁷ Perpetua (2016a) e Perpetua e Thomaz Junior (2017) analisam esse assunto em detalhe, oferecendo um amplo conjunto de dados e informações que fundamentam as afirmações aqui feitas, à guisa de conclusão.

- ASEVEDO, T. R. A. *Territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios nas microrregiões geográficas de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS: desdobramentos e desafios para as classes subalternas*. 2013. 252f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CPTL/UFMS, Três Lagoas, 2013.
- ASSELIN, V. *Grilagem: corrupção e violência nas terras do Carajás*. Imperatriz: Ética, 2009.
- BACCHETTA, V. L. *La fraude de la celulosa*. Montevideo: Doble Clic, 2008.
- BIAZUS, A.; HORA, A. B. da; LEITE, B. G. P. Panorama de mercado: celulose. In: *BNDES setorial*, São Paulo, n. 32, p. 311-370, 2010a.
- _____. *Papel e celulose: perspectivas de investimento 2010-2013*. São Paulo: BNDES. 2010b.
- BOITO JUNIOR, A. As bases políticas do Neodesenvolvimentismo. In: Fórum Econômico da FGV, São Paulo. *Anais...* FGV, 2012.
- BONILHA, P. Um fim para a cultura do consumo excessivo. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.
- BRACELPA. *Relatório estatístico florestal 2005*. São Paulo: Bracelpa, 2005.
- _____. *Dados do setor: julho de 2013*. São Paulo: Bracelpa, 2013.
- BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: EdUNICAMP, 2007.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. *CampoTerritório*, Uberlândia, edição especial do XXI ENGA, 2012, p. 1-23, jun. 2014.
- BUNKER, S. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- _____. Matter, Space, energy, and political economy: the Amazon in the world-system. *Journal of world-systems research*, v. 9, n. 2, p. 219-58, 2003.
- CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. *Texto para Discussão*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 183, 2010.
- CHOMSKY, A. Social impacts of resource extraction. *Latin American Research Review*, v. 51, n. 1, p. 243-254, 2016.
- COUTINHO, L.; SARTI, F. A política industrial e a retomada do desenvolvimento. In: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (Org.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: UNESP/UNICAMP, 2003. p. 333-347.
- DALCOMUNI, S. M. *A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo: principais interesses em jogo*. 1990. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – UFRJ, Itaguaí, 1990.
- DANNENBERG, P.; DIEZ, J. R. Editorial: socio-economic networks and value chains in the Global South – an institutional perspective. *Die Erd*, Berlin, v. 147, n. 3, 2016.
- DAURA, S. *Análise do setor de celulose e papel na era da globalização: um olhar sobre sua produção e mão-de-obra*. 226f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UNESP, Marília, 2004.
- DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2012.
- DE'NADAI, A.; SOARES, L. A.; OVERBEECK, W. Promessas de emprego e destruição de trabalho. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e*

resistência no ES. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

DUPAS, G. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: EdUNESP, 2005.

EVANS, P. Constructing the 21st century developmental state: potentialities and pitfalls. In: EDIGHEJI, O. (Ed.). *Constructing a democratic developmental State in South Africa: potentials and challenges*. Capetown: HSRC Press, 2010. p. 37–58.

FASSA, A. G.; FACHINI, L. A.; DALL'AGNOL, M. M. Trabalho e morbidade comum na indústria de celulose e papel: um perfil segundo setor. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 297-307, jul./set. 1996.

FONSECA, S. R. da; THOMAZ JUNIOR, A. T. A consolidação do complexo de celulose e papel na região Leste de Mato Grosso do Sul: estudo de caso do Município de Selvíria. *Rev. Elet. da AGB – Seção Três Lagoas/MS*, nº 19, ano 11, p. 75-103, maio 2014.

GARZON, L. F. N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, A. W. B. de et. al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: novas fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIRELLI, L. S. A construção simbólica da Aracruz Celulose e dos movimentos sociais pela mídia. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

GOMES, H. A viabilização da Aracruz Celulose pelo Estado brasileiro. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Org.). *Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

GONÇALVES, R. J. de A. *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – UFG, Goiânia, 2016.

GUDYNAS, E. Estado compensador e nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva Sociedad*, v. 237, p. 128-46, 2012.

_____. *Extractivismos, Ecología, Economía y Política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Cochabamba: CEDIB, 2015.

_____. Beyond varieties of development: disputes and alternatives. *Third World Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 721-732, 2016.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2013.

IBÁ. *Relatório IBÁ 2015*. São Paulo: Pöyry, 2015.

KOOPMANS, J. *Além do eucalipto: o papel do Extremo-Sul*. Teixeira de Freitas: CDDH, 2005.

KRÖGER, M. The politics of pulp investment and the Brazilian Landless Movement (MST). *Acta Politica*, University of Helsinki, n. 39, 2010.

_____. Neo-mercantilist capitalism and post-2008 cleavages in economic decision-making power in Brazil. *Third World Quarterly*, v. 33, n. 5, p. 887-901, 2012.

_____. Globalization as the ‘pulping’ of landscapes: forestry capitalism’s North-South territorial accumulation. *Globalizations*, v. 10, n. 6, p. 837-853, 2013a.

_____. Grievances, agency and the absence of conflict: the new Suzano pulp investment in the Eastern Amazon. *Forest Policy and Economics*, v. 33, p. 28–35, 2013b.

_____. *Contentious agency and natural resource politics*. London: Routledge, 2014a.

_____. The political economy of global tree plantation expansion: a review. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 2, p. 235-261, 2014b.

_____. The political economy of ‘flex trees’: a preliminary analysis. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, p. 886-909, 2016.

_____. Inter-sectoral determinants of forest policy: the power of deforesting actors in post-2012 Brazil. *Forest Policy and Economics*, p. 24-32, 2017.

KRÖGER, M.; LALANDER, R. Ethnic-territorial rights and the resource extraction boom in Latin America: do constitutions matter? *Third World Quarterly*, vol. 37, n. 4, p. 682-702, 2016.

KRÖGER, M.; NYLUND, J-E. The conflict over Veracel pulpwood plantations in Brazil – application of ethical analysis. *Forest Policy and Economics*, v. 14, n. 1, p. 74–82, 2012.

KUDLAVICZ, M. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na Microrregião de Três Lagoas/MS*. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Três Lagoas, 2011a.

_____. Os impactos do monocultivo de eucalipto na microrregião de Três Lagoas/MS. *Rev. Eletrônica da AGB - Seção Três Lagoas/MS*, Três Lagoas, n. 14, ano 8, p. 83-105, nov. 2011b.

LEÃO, L. H.; VASCONCELLOS, L. C. de. Cadeias produtivas e a vigilância em saúde, trabalho e ambiente. *Saúde Soc.*, v. 24, n. 4, p. 1232-1243, 2015.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MALINA, L. L. *A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo-Sul da Bahia*. 2013. 358f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH-USP, São Paulo, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política (Livro I - processo de produção do capital)*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI. Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37. *Anais...* Águas de Lindóia, 2013.

MIQCB. *Concorrência entre empresas privadas e comunidades tradicionais por territórios na região tocantina do Maranhão e Bico do Papagaio no estado do Tocantins*. Imperatriz: MIQCB, 2012/2013.

MORELLI, L. A. *A monocultura do eucalipto e a monopolização do território na Metade Sul do Rio Grande do Sul*. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

O ESTADO DE S. PAULO. *BNDES libera R\$ 2,73 bi para fábrica da Suzano no MA*. 21 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,bndes-libera-r-2-73-bi-para-fabrica-da-suzano-no-ma,48340e>> Acesso em: 14 jan. 2011.

OLIVEIRA, A. L. A. *Aspectos da dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado: em busca dos “territórios terceirizados”*. 2014. 288f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS, Três Lagoas, 2014.

OVERBEEK, W.; KRÖGER, M.; GERBER, J-F. Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global: conflitos, tendências e lutas de resistência. *Relatório EJOLT*, n. 3, 2012.

PAINEL FLORESTAL. *A verdade sobre a fábrica de celulose de Ribas do Rio Pardo*. 21 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/a-verdade-sobre-a-fabrica-de-celulose-de-ribas-do-rio-pardo>> Acesso em: 13 mar. 2017.

PAKKASVIRTA, J. *Fábricas de celulosa: historias de la globalización*. Buenos Aires: La Colmena, 2010.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

PEDREIRA, M. da S. *O complexo Florestal e o Extremo-Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região*. 2008. 164f. Tese (Doutorado em Ciências) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

PERPETUA, G. M. *A miragem verde: um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS, Brasil)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

_____. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo*. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2016a.

_____. O lugar dos trabalhadores na nova capital mundial da celulose: miragens do desenvolvimento e os desafios do presente. In: SILVA, C. H. R. da (Org.). *O despertar regional: diálogos sobre geografia(s) e desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul* (v. 1). Saarbrücken: NEA, 2016b. p. 95-122.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Desconstruindo o discurso de legitimação da produção brasileira de *commodities* agrominerais a partir da celulose. *Sapiência*, v. 5, n. 1, p. 57-74, 2016a.

_____. Revisitando o conceito de acumulação do capital: a pilhagem territorial promovida pela Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. *Campo-Território*, Edição Especial - Grilagem e Estrangeirização de Terras, 2016b.

_____. Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: reflexões a partir da produção de celulose no Brasil contemporâneo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (SINGA), VIII. *Anais...* Curitiba, 2017.

REGO, J.; ANDRADE, M. de P. História das mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. *Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 47-57, 2006.

RIBEIRO, J. C. *A geografia da escravidão no território do capital*. 2001. 503f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2001.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. dos S. O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. 2014. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2014.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4 (108), p. 507-524. out./dez. 2007.

SILVA, E. A. *O processo produtivo do carvão vegetal: um estudo em Mato Grosso do Sul*. 2002. 308f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2002.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SONNENFELD, D. A. Contradictions of ecological modernisation: pulp and paper manufacturing in South-East Asia. In: MOL, A. P. J.; SONNENFELD, D. (Ed.). A. *Ecological modernisation around the world: perspectives and critical debates*. Portland: OR; London, UK: Frank Cass, 2000.

SOUZA, I. G. de; OVERBEEK, W. (Org.). *Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e da Aracruz Celulose: uma história de ilegalidades, descaso e ganância*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VALDIVIA, G. The sacrificial zones of "progressive" extraction in Andean Latin America. *Latin American Research Review*, v. 50, n. 3, p. 245-253, 2015.

VALOR ECONÔMICO. *Postergação para implantação de fábrica não é decisão exclusiva da Braxcel*. 30 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/mercado/postergacao-para-implantacao-de-fabrica-de-celulose-nao-e-decisao-exclusiva-da-braxcel>> Acesso em: 02 fev. 2014.

VEJA. Entrevista – Luciano Coutinho. *O Brasil não vive uma bolha*. Ed. 2.227 (44, nº 30), de 27 de julho de 2011.

VELTMEYER, H.; PETRAS, J. *The new extractivism: a post-neoliberal development model or imperialism of the Twenty-First Century?* London: Zed Books, 2014.

WALLERSTEIN, I. Fim da linha para as empresas “deslocalizadas?” *Carta Maior*, 09 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Fim-da-linha-para-as-empresas-%27deslocalizadas%27-/7/27961>> Acesso em: 10 maio 2013.

ZHOURI, A.; VALNECIO, N. (Org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014.

ŽIŽEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Recebido para publicação em 24 de fevereiro de 2017.

Devolvido para a revisão em 16 de novembro de 2017.

Aceito para a publicação em 23 de novembro de 2017.